

EM GUERRA E SEM ARMAS: A pandemia mundial e o desmonte das ciências no Brasil

Rogério Carvalho

Universidade de São Paulo (USP)

Ronaldo Carvalho

Universidade Íbero-Americana (UNIBE-PY)

Rodrigo Medina Zagni

Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

A comunidade de pesquisadores e quadros científicos no Brasil têm sofrido restrições de toda sorte: de ordem política, com os ataques à autonomia universitária e ingerências sobre agências de fomento à pesquisa; econômica, face aos cortes e contingenciamentos que afetam as pastas de Educação e de Ciência e Tecnologia; e incluso ética e moral, dados os impropérios proferidos por autoridades públicas que acusam os ambientes de investigação científica como lugares de “balbúrdia”, negando-lhes a devida relevância social e em nome de uma agenda de costumes que impõe o fundamentalismo neopentecostal sobre agendas propriamente científicas; isso em tempos de pandemia mundial tem demonstrado o notável despreparo do governo federal para o adequado enfrentamento à pandemia, em defesa dos extratos mais vulneráveis da sociedade brasileira, historicamente alijados das estruturas de poder e desassistidos de direitos sociais. Em razão do desprestígio manifesto à ciência, pelas autoridades públicas que deveriam gerir o setor, apresentam-se basicamente duas indagações: em que medida o regular investimento em pesquisa poderia contribuir no combate ao Covid-19 e quais motivações levam às políticas governamentais que comprometem o alcance dos necessários resultados. Este trabalho tem como escopo analisar a correlação entre as práticas de desmonte das ciências no Brasil e a subsequente incapacidade de enfrentamento aos diversos males que decorrem da pandemia mundial e dentre os quais a crise sanitária não constitui sua única e exclusiva dimensão; de maneira específica, pretendemos diagnosticar as condições orçamentárias, físicas e materiais com que têm trabalhado as instituições públicas incumbidas dessas pesquisas. Para isso, adotamos o modelo descritivo e exploratório, a fim de darmos conta ainda de impressões iniciais acerca do tema-problema, visto estarmos em meio à crise que pretendemos analisar. A investigação dos dados públicos que informam a envergadura da crise e que permitem mensurar a falta de recursos para o desenvolvimento das ciências no Brasil, demonstrará (assim pretendemos) a correlação entre desinvestimentos em ciência e a crescente vulnerabilidade das camadas sociais subalternas aos efeitos mais nefastos da pandemia.

Palavras-chave: Pesquisa científica. Ciência. Covid-19.

IN WAR WITHOUT WEAPONS: World pandemic and science dismantling in Brazil

ABSTRACT

The community of researchers and scientific staff in Brazil has suffered restrictions of all kinds: of a political nature, with attacks on university autonomy and interference with research promotion

agencies; economic, in view of the cuts and contingencies affecting the Education and Science and Technology ministries; and even ethics and morals, because of the insults given by public authorities that accuse the scientific research environments as places of “turmoil”, denying them due social relevance and in the name of an agenda of customs that imposes neo-Pentecostal fundamentalism on agendas properly scientific; all this in times of global pandemic has demonstrated the notable lack of preparation of the federal government for the adequate confrontation, in defense of the most vulnerable extracts of Brazilian society, historically removed from power structures and neglected by social rights. Due to the public's disdain for science, by the public authorities who should manage the sector, there are basically two questions: to what extent regular investment in research could contribute to the fight against Covid-19 and what motivations lead to government policies that compromise the achieving the necessary results. This work aims to analyze the correlation between science dismantling practices in Brazil and the subsequent inability to face the diverse evils that result from the world pandemic and among which the health crisis is not its only and exclusive dimension; in a specific way, we intend to diagnose the budgetary, physical and material conditions with which the public institutions in charge of these researches have worked. For this, the descriptive and exploratory model is adopted, in order to give an account of initial impressions about the problem theme, since we are still in the middle of the crisis that we intend to analyze. The investigation of public data that inform the scale of the crisis and that allow measuring the lack of resources for the development of science in Brazil, will demonstrate (so we intend) the correlation between divestments in science and the growing vulnerability of the subordinate social strata to the most harmful effects of the pandemic.

Keywords: Scientific research. Science. Covid-19.

Recebido em: 08/06/2020

Aceito em: 29/07/2020

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os efeitos dos cortes e contingenciamentos que têm produzido o desmonte do complexo de ciência e tecnologia e a desestruturação de todo o sistema de instituições científicas no Brasil, de programas de pós-graduação às agências de fomento, notadamente após 2015 e, intensificadamente, após a ruptura institucional havida no ano de 2016 e o reflexo no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no país. Para tanto, buscamos lidar com o problema do sucatamento das entidades de pesquisa brasileiras e a subsequente fragilidade de toda a sociedade (sobretudo os estratos sociais mais sublaternizados) frente aos efeitos do novo Coronavírus em território nacional. Para isso, pretendemos distinguir o grau de dependência do Brasil nesta área e, conseqüentemente, o seu distanciamento dos países que investem em ações visando proteger seus nacionais.

Justificamos este esforço na importância, primeiro, de denunciar os maus feitos das autoridades públicas que relegam pesquisa e ciência à míngua da escassez de recursos, bem como na necessidade de, por meio do domínio técnico-científico, alcançarmos a autonomia necessária para afirmarmos um imprescindível sustentáculo do próprio Estado soberano. Assim sendo, nos enfrentaremos com as seguintes questões: como os cortes e contingenciamento de recursos financeiros que afetam a pesquisa científica têm impedido a consecução de políticas públicas mais efetivas no combate à pandemia? Que tipo de coerência explica esses desinvestimentos e em nome de quais interesses a maior parte da sociedade brasileira acaba desassistida de meios para sobreviver à crise sanitária?

A carência de investimentos impede investigações mais assertivas sobre a doença, bem como possíveis soluções no curto e médio prazo. Por isso, nossos esforços estão direcionados à identificação do montante de desinvestimentos e suas implicações na diminuição da capacidade de oferecer respostas à sociedade em termos de políticas públicas frente à crise sanitária. Necessário ainda entender o porquê do vazio de recursos humanos na área de saúde que contribui para o agravamento da pandemia, o que demonstra fragilidade em investimento interno e a perda de oportunidades para alavancar as ciências no Brasil.

Com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e pelo Ministério da Educação, com fulcro na diminuição dos repasses a órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em ambas agências de fomento à pesquisa científica, podemos mensurar o processo de desmonte das ciências em sua etapa intensificada. Há uma lógica correlação entre a variação de investimentos e a crise econômica

que acomete toda a economia mundial no atual ciclo de acumulação do capitalismo histórico, acentuada a partir de 2008 na forma da crise dos *subprimes*, mas aos governos compete a tarefa de priorizar, frente a escassez de recursos, os segmentos de sociedade que devem ser beneficiários primeiros de seus esforços e, com isso, definir que áreas serão efetivamente impactadas com cortes e contingenciamentos de recursos. À guisa de exemplo, é possível comparar a celeridade com que tramitou o socorro financeiro prestado pelo governo federal aos bancos e toda a celeuma e dificuldade que envolveram o processo de implementação de auxílio financeiro a trabalhadores informais e desempregados, aqueles mais suscetíveis aos males diretos e indiretos da condição pandêmica.

A imprensa nacional tem demonstrado que o atual Chefe do Executivo insiste em seguir as prescrições austericidas regidas pelo Ministério da Fazenda, por sua vez submissa às diretrizes do Banco Mundial pela inserção subordinada da economia brasileira, nesta etapa intensificada de globalização neoliberal e da qual sobressai a condição de heteronomia que demarca o nosso capitalismo dependente. Por esta via explicativa resulta coerente o processo de desmantelando das instituições públicas incumbidas da investigação científica, sobretudo as universidades e, nelas, seus programas de pós-graduação, laboratórios e demais ambientes de pesquisa, bem como institutos públicos que padecem dos mesmos males, resultando no atual quadro de restrição de resultados.

A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório. Para isso, utilizaremos dados governamentais com intuito de demonstrar os impactos aqui já ditos. A hipótese com a qual trabalharemos é a de que as prioridades governamentais são as de seguir remunerando o financismo, intensificada a crise econômico-comercial, intensificam-se as medidas austericidas que tolhem recursos de gastos sociais e investimentos no setor público, a fim de cumprir metas fiscais e atender aos interesses das corporações financeiras privadas deslocando fundos públicos, dentre os quais as verbas da pesquisa em universidades, para o setor especulativo do mercado financeiro. Dentre os gastos públicos incrementados pelo atual governo, inscrevem-se tão somente projetos estratégicos de defesa militar, dadas as composições operadas pela extrema-direita em suas tentativas de governabilidade, tentando fazer de círculos militares os fiadores de medidas de caracteres notadamente autocráticos.

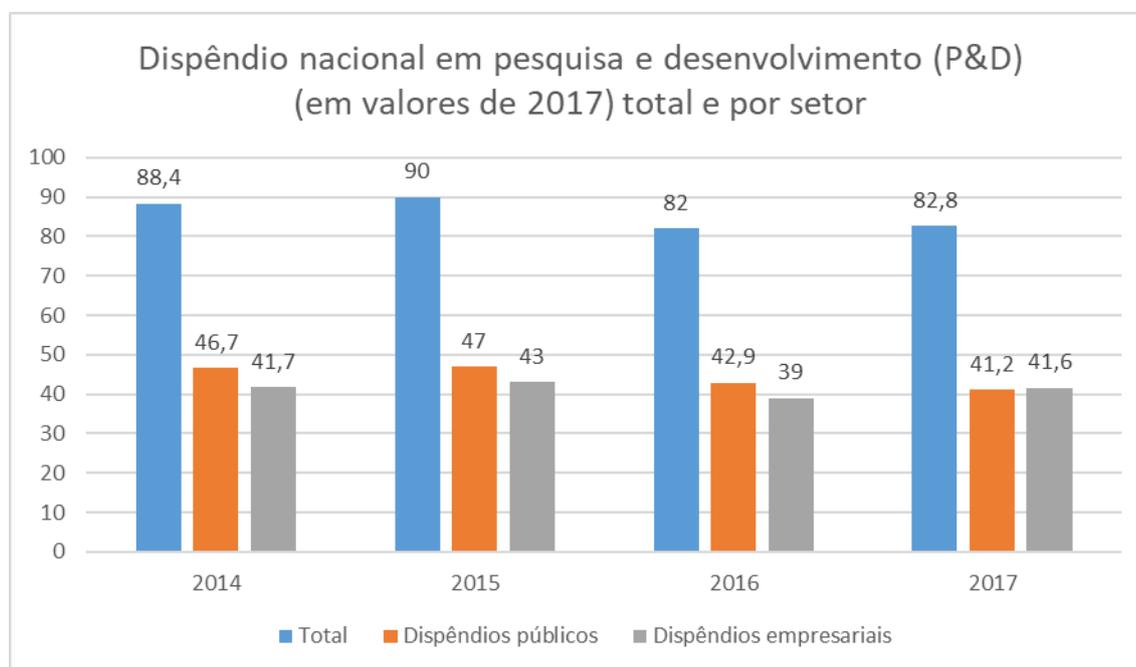
1 INVESTIMENTOS GOVERNAMENTAIS EM PESQUISA CIENTÍFICA

O processo de pandemia do novo coronavírus indica a necessidade da manutenção de investimentos em ciência e pesquisa para evitar a dependência do fluxo de produtos originários do exterior. O atual quadro de cortes em investimentos em ciência diminui a capacidade da

abrangência de resposta para impedir a propagação dos efeitos da pandemia no Brasil. As dificuldades para a detecção do número de infectados, bem como o desenvolvimento de práticas precisas de combate aos efeitos mais rigorosos do vírus, são prejudicados pelos cortes nos repasses de verbas às agências de fomento à pesquisa, universidades e institutos públicos que dispõem de fatia cada vez mais diminuta do orçamento e ainda padecem de contingenciamentos.

O quadro atenta contra a própria natureza da investigação científica, fazer contínuo e que necessita com isso de recursos regulares. Portanto, cortes sucessivos e contingenciamentos asfixiam todo o setor, delongando e até mesmo comprometendo resultados e, com isso, impactando na credibilidade das instituições brasileiras de pesquisa junto à comunidade científica internacional.

Quadro 1: Dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento



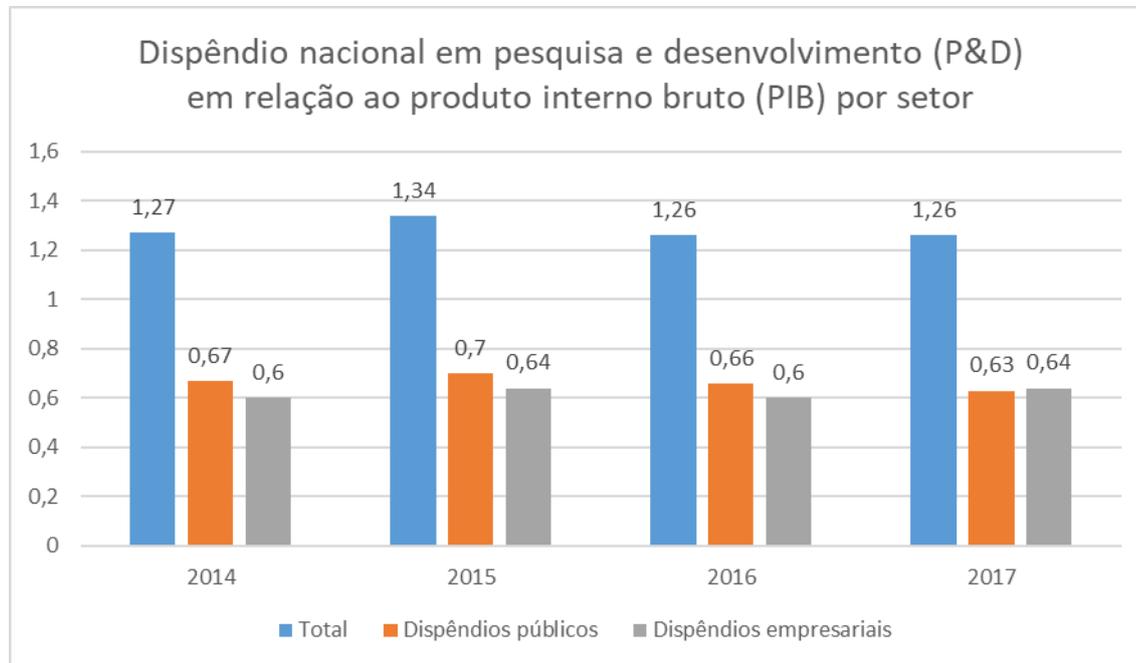
Fonte: Adaptado de BRASIL (2020)

O quadro acima apresenta a disposição de dispêndios públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento desde o ano de 2014. Denota-se que a queda de investimentos públicos contribui para a queda total de 10% dos dispêndios. Esta queda significa retrocesso para a continuidade de pesquisas sua efetividade frente às demandas sociais como, no caso em tela, aqueles esperados pela sociedade afim de deter o avanço da pandemia do novo coronavírus.

Na atualidade, a consequência dos desinvestimentos impacta as possibilidades de desenvolvimento de procedimentos mais eficazes e menos onerosos para o combate do vírus, visto que em grande parte o país depende de substrato estrangeiro, o que encarece a importação e, como tem sido noticiado pela grande imprensa, governos têm aplicado políticas de confisco desses

materiais indiscriminadamente, o que desvela despreparo mesmo em nações de capitalismo avançado como França e EUA (CARVALHO, 2020).

Quadro 2: Dispendio nacional em pesquisa e desenvolvimento



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2020

No quadro acima, pode-se notar que o aumento total no biênio 2014-15 vem acompanhado de retração no período subsequente. No entanto, há fato relevante que pode auxiliar neste entendimento: o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff e, com a assunção de Michel Temer, o agravamento dos ataques às instituições públicas de ensino e pesquisa (PACHECO, 2017).

No caso da Covid-19 isso fica claro no momento em que o país galopa velozmente no número de infectados e mortos sem apresentar respostas efetivas frente à disseminação do vírus. Enquanto isso, o discurso oficial afirma os desinvestimentos como medidas necessárias à recuperação da economia após a recessão iniciada em 2014 (NORTE, 2020).

Entretanto, os cortes sistematizados não indicam melhora qualitativa nos índices de desenvolvimento econômico do país; logo, o agravamento da ortodoxia ultra neoliberal não alcança a finalidade propagandeada de forma retórica, prestando o desserviço do impedimento do progresso do trabalho científico dispendido durante décadas de trabalho para a montagem do complexo de ciência e tecnologia (SALDAÑA, 2019), que na área da saúde, em pesquisa aplicada, busca soluções práticas para as mais diversas moléstias.

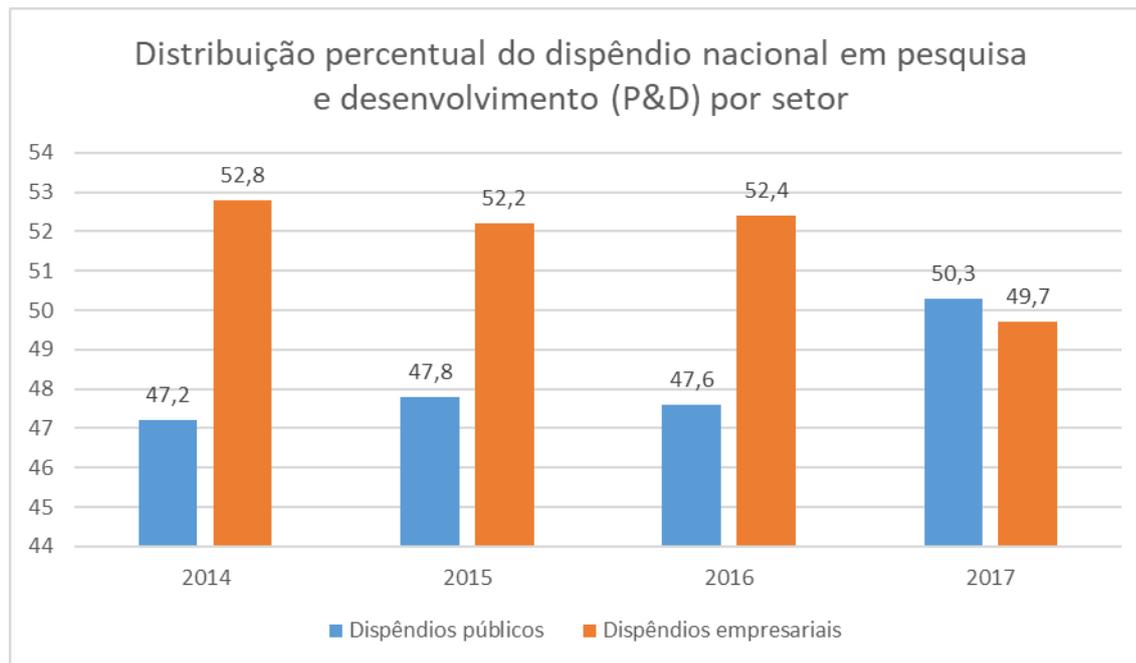
Antes de mais nada é preciso frisar que o novo Coronavírus não é totalmente desconhecido dos cientistas. Oriundo da família cuja cepa foi detectada nos anos 1960, a Covid-19 é resultado de

mutações que, em sua sétima geração, consiste em danificar o trato respiratório, causando problemas nos pulmões e surgimento de pneumonias mais severas.

Portanto, não se trata de novidade absoluta entre cientistas que tinham como possibilidade de resultado a nova mutação que permitiu o surgimento da Covid-19; porém com reflexos mais graves, o que explica o elevado número de óbitos registrados.

A decisão de ampliar ou restringir investimentos em C&T é sobretudo estratégica e, no caso brasileiro, as restrições somadas à posturas declaradamente anticientíficas, pois “as bases do bolsonarismo se plainam a partir de racionalidade religiosa” (PY, 2020, p. 6), vinculadas ao fundamentalismo neopentecostal (como a indicação de um defensor do criacionismo bíblico para a chefia da CAPES), têm o caráter atentatório a um dos pilares do Estado soberano e advogam pela dependência brasileira do núcleo orgânico da economia mundial, que sedia as atividades acadêmico-científicas de caráter “cerebral”; enquanto à periferia, de capitalismo dependente, opera procedimentos meramente “neuromusculares”, repetitivos e limitadamente técnicos, cujas técnicas sequer são na periferia elaboradas. E como parte da lógica do capitalismo dependente é a heteronomia nas relações que mantêm os periféricos com o núcleo orgânico, não resulta difícil encontrar quem, em universidades e institutos de pesquisa, defenda a condição de dependência estrutural dos centros epistêmicos em realidades de capitalismo avançado, onde invariavelmente almejam atuar, o que implica na tendência à perpetuação da condição subalterna característica, para as periferias do sistema mundial, das assimetrias regionais que se acentuam no regime de acumulação sob a globalização neoliberal, demarcadamente após a crise estrutural desencadeada na década de 1970, a partir das contradições da Terceira Revolução Industrial e a subsequente reestruturação produtiva, que afeta não apenas o capital produtivo, mas compromete todo o ambiente de circulação do capital e determina ainda maior desprendimento do processo de financeirização do capital e reinvestimentos na produção, desempregando dali parte significativa de força de trabalho.

Quadro 3: Distribuição percentual do dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2020.

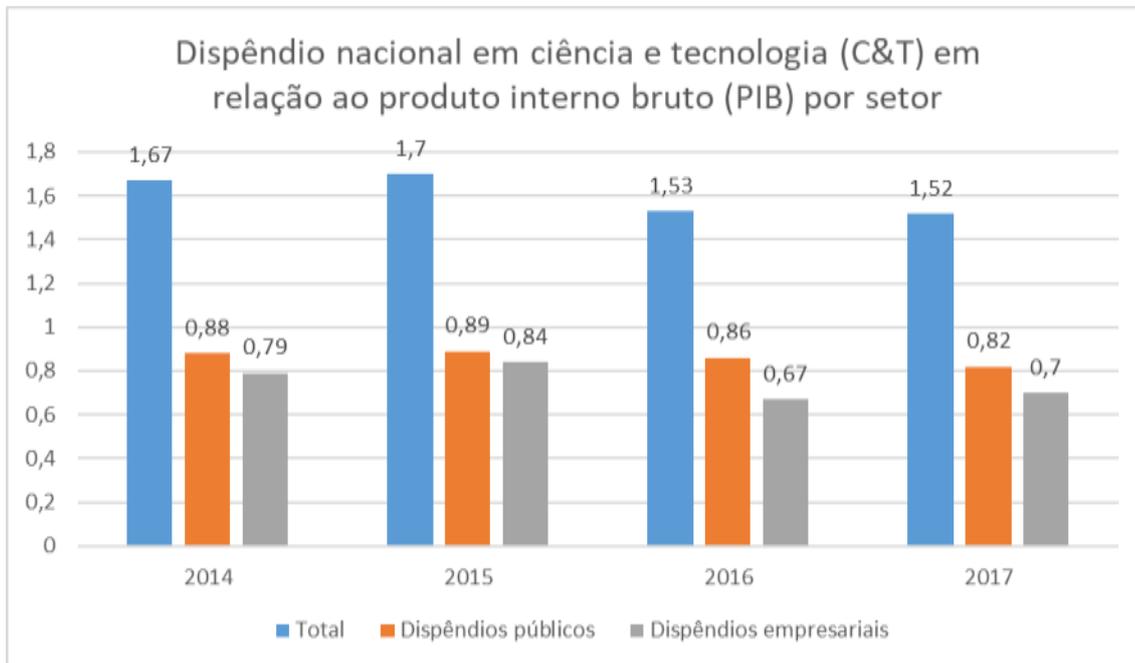
O gráfico acima demonstra a queda da participação do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento, corroborando com a retração na parte ideal do PIB conforme o gráfico anterior. Efeito da recessão econômica, onde o capital busca meios de valorização desatrelados do capital produtivo, migrando para formas de investimentos que apresentem menor risco financeiro e político (o que tem se demonstrado uma impossibilidade frente à crescente especulação financeira travestida em formas cada vez mais complexas de operações financeiras). Desde a aurora do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, com a díade Joaquim Levy e Renan Calheiros à frente das estratégias econômicas, intensificando-se com o governo Michel Temer, as reformas neoliberais puseram em marcha a contrarreforma do Estado que, em nome da responsabilidade fiscal e do regresso de investimentos estrangeiros, aceleraram o processo de decomposição de direitos por meio de cada vez mais severas restrições orçamentárias em gastos e investimentos públicos, ainda que no caso do governo Temer, tanto a ilegitimidade quanto a nula popularidade de que padecia, compuseram as dificuldades com que se enfrentou para aprovação das medidas mais severas deste processo (como a reforma previdenciária e a dita flexibilização das leis do trabalho, apesar de aprovada a emenda constitucional do teto dos gastos públicos), enquanto a contenção de gastos e o impedimento de novos compromissos puderam ser asseverados em nome da “saúde fiscal”, leia-se, do setor especulativo do mercado financeiro, em detrimento da saúde dos que precisam do sistema público. Com o governo Bolsonaro-Guedes, dotado de relativo apoio do

Congresso (ao menos para as medidas de austeridade fiscal), a contrarreforma do Estado é posta em marcha ainda mais acelerada.

O discurso do equilíbrio fiscal e econômico, retórica comum dos artífices do ultra neoliberalismo, cujo conceito, segundo Fontana (2019), concentra-se na privatização de empresas estratégicas ao mesmo tempo em que permite o desmonte da rede de proteção social, contribuindo para o crescimento da desigualdade no país, bem como no caso da pandemia, assume para si os argumentos anticientíficos, sob governo Bolsonaro, comuns a uma agenda de costumes pautada pelo obscurantismo fundamentalista neopentecostal e para o qual o conhecimento científico deve ser eclipsado, pois “o dispositivo autoritário do bolsonarismo se projeta a partir da associação ao religioso, para defender uma concepção simplificada de família para a eliminação de seus adversários, bem como os indesejáveis, neste caso, aqueles que não se adequam ao projeto moral de nação estabelecido” (PY, 2020, p. 29). São guindados às mais altas estruturas de poder, assumindo a autoridade pública, parte daqueles que desconhecem o potencial alcance social das ciências, vinculadas à geração de emprego e renda, ao incremento de processos produtivos, às mais diversas mazelas sociais, além dos problemas de saúde pública intimamente ligados à saúde econômica, que afeta todo o sistema mundial. A ciência é bem imaterial (apesar de objetivada em forma concreta, em benefícios verdadeiramente existentes) que deve ser preservado e guardado para as futuras gerações, corroborando com o pensamento de Melo e Cavulla (2011) ao indicar a importância do decorrer do tempo e dos saberes aplicados, bem como a preservação do conhecimento, através de seus objetos utilizados, como fonte documental e, principalmente, base para novas pesquisas e descobertas.

A escolha política pela restrição de investimentos pretéritos à pandemia, sob o mantra do equilíbrio fiscal e da saúde econômica, mostra-se mera peça retórica frente aos custos econômicos cada vez mais crescentes demandados do Estado para aquisição de equipamentos hospitalares, implementação de técnicas e tratamentos alheios e importação de medicamentos, bem como transferência de renda aos mais vulneráveis, dado que a crise sanitária possui reflexos em outras áreas, como a diminuição severa de postos de trabalho, aumento da pobreza e da violência em ambiente doméstico, fechamento de comércios e empresas e, principalmente, concentração do número de casos nas periferias e regiões menos abastadas e degradadas com alta concentração populacional, como comunidades e favelas. PY (2020) salienta que o bolsonarismo é regado por ditames fortemente evangélicos, transformando-se em força robusta nas casas legislativas, cuja troca de apoio pela adoção de valores tradicionais da família implica em permitir o autoritarismo do presidente, bem como o “blinda nos tempos de pandemia indo contra a Organização Mundial da Saúde” (PY, 2020, p.23).

Quadro 4: Dispêndio nacional em ciência e tecnologia



Fonte: Adaptado de BRASIL (2020).

Assim como a pesquisa e desenvolvimento, os recursos disponíveis para ciência e tecnologia apresentam queda, observados os números desde o ano de 2014, bem como a diminuição do repasse das verbas públicas, o que impede o acesso das classes subalternas a parte desses recursos. Com isso, o financiamento público privilegia as classes dominantes, já em melhores condições socioeconômicas. Todavia, a diminuição na participação dos extratos menos favorecidos na divisão social do trabalho indica que outro setor foi contemplado no balanço desigual e combinado de valores em detrimento de maior exposição, que somente a pesquisa com apresentação de resultados em ciência e tecnologia pode proporcionar.

Quadro 5: Produto interno bruto

Produto Interno Bruto (Brasil 2014-2017)				
Variável - PIB - variação em volume (%)				
Brasil				
Ano	2014	2015	2016	2017
	0,5	-3,5	-3,3	1,3

Fonte: BRASIL, 2014-2107.

Importante correlacionar estes dados com a evolução da variação PIB para que a comparação tenha efeito didático neste quesito. O precedente indica a dificuldade atual no

enfrentamento na pandemia, pois indica índices em retração na pesquisa e na ciência, como também na queda da soma das riquezas do país, o que justificaria as limitações assistidas na pífia atuação das autoridades governamentais da esfera federal.

Por isso, a redução de investimentos tem impacto direto sobre segmentos de sociedade já historicamente alijados das estruturas de poder, subrepresentados pelas autoridades públicas que têm se furtado do ato de ofício que lhes compete da elaboração de planos efetivos para o atendimento preventivo desses grupos que, devido à “implementação de medidas ultraliberais que hoje entregam à morte os mais vulneráveis” (PY, 2020, p. 30), deixando-os à margem, mencionando-os no corpo das estatísticas dos mortos por Covid-19. Com o PIB e o volume de investimentos em queda temos um quadro perigoso de desmonte e sucateamento de instituições que ainda conseguem produzir ciência no Brasil.

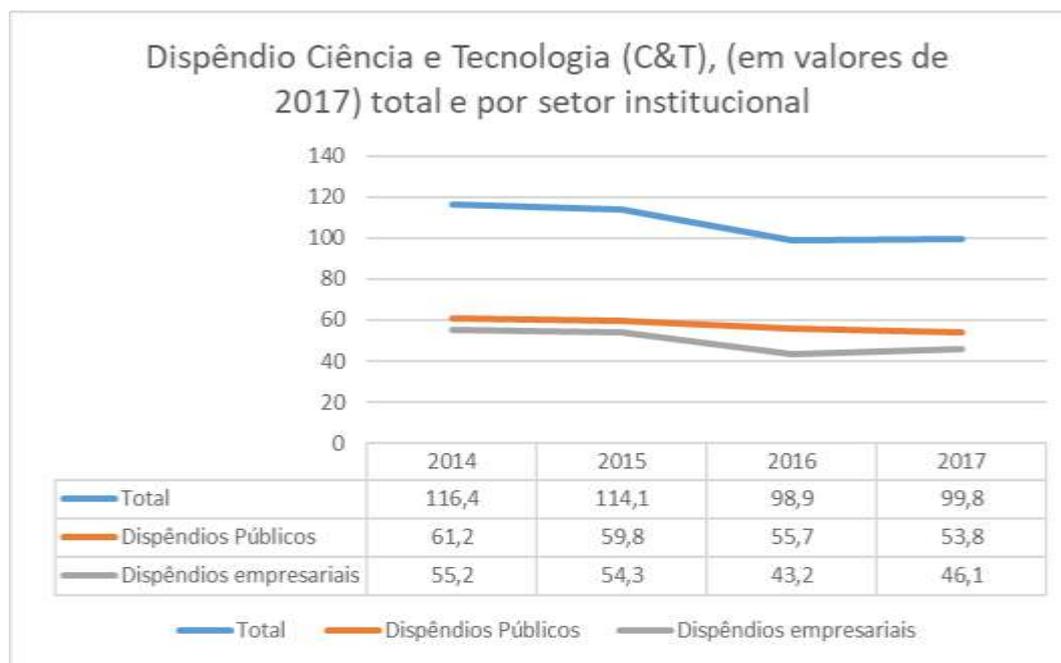
Percebe-se que o efeito destes números acumulados implica no sistema como se apresenta neste dramático momento em que o Brasil desponta como potencial novo centro da pandemia mundial. Investir significa estruturar, dotar de melhor capacidade de atendimento e com a curva epidêmica já vertical seus efeitos demandam rápido incremento de estrutura, bem como resultados prévios para conter a escalada que já colapsa sistemas de saúde nos Estados, comprometendo a credibilidade das autoridades públicas responsáveis pelo setor. Para PY (2020) este comportamento é reflexo do desprezo à ciência e ao humanismo de Bolsonaro, cuja atrocidade na perda de milhares de vidas que não possuem acesso à saúde ou, ainda, diante de localidades que o sistema colapsou devido à sobrecarga pela demanda de infectados da Covid-19, por falta de atenção das autoridades em se preparar melhor antes e durante o decorrer da pandemia. Antunes (2020), compartilha deste pensamento ao elencar que a tendência de desprezar a ciência visa valorizar o capital e destruir a razão, bem como a situação cada vez mais precária do proletariado, o que vai corroborar com o desinvestimento em recursos humanos na saúde no tocante ao combate à Covid-19.

A pandemia atual coloca em evidência a fragilidade política dos Estados, a legitimidade de governos neoliberais e os caminhos ou descaminhos que têm sido apresentados. Grandes e regulares aportes públicos em ciência e tecnologia se mostram imprescindíveis para a constituição do Estado soberano e de quaisquer possibilidades de cidadania (que consistem nas possibilidades de acesso a direitos sociais), sob pena de seguirmos definindo aqueles que devem morrer, numa sociedade onde inexistem a efetividade de direitos e abundam os privilégios, pela posição dos indivíduos na divisão do trabalho social.

O risco é também externo e se soma às estratégias assumidas pelo governo Bolsonaro de pôr fim aos esforços de integração regional, advogando pela destruição do Mercosul, das redes de cooperação Sul-Sul, e por uma reinserção subordinada do Brasil na globalização neoliberal por

meio de assimétricas relações bilaterais com os EUA, em condição títere com um concorrente de primeira grandeza, por exemplo, em *commodities* agrícolas no comércio com a China. No concerto de nações, o descrédito internacional que já resulta do desmonte de políticas ambientais e a troça feita em declarações do presidente em desdém manifesto aos mortos na crise sanitária, já resultam no isolamento nunca antes visto pela política externa brasileira.

Quadro 6: Dispêndio nacional em ciência e tecnologia



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2020.

Ciência e tecnologia assumem conjuntamente solidificação de poder no mundo globalizado, portanto, os recursos alocados de maneira crescente indicam a projeção de poder soberano, tendo em vista que o novo Coronavírus já produziu mais óbitos que conflitos armados (sem os dividendos que a produção bélico-armamentista logra cumular desde a anexação de uma economia de guerra ao modo de produção capitalista, no Pós-Segunda Guerra Mundial e sob a hegemonia norte-americana), deduzindo que as nações despreparadas para o enfrentamento poderão sofrer ainda maiores impactos e, conseqüentemente, sequelas permanentes em sua tessitura social.

Na tabela acima verificamos mais uma vez que a diminuição do investimento público na produção de ciência e tecnologia corrobora com uma crescente pressão sobre o sistema de saúde e impõe a iminência de um colapso que faria disparar o número de mortos, cujos recordes já são batidos diariamente, registrando-se em média 1.300 mortes a cada dia, desde a última semana do mês de maio de 2020.

O cruzamento de dados permite compreender o processo de sucateamento em progresso e, conseqüentemente de maior dependência em relação aos países do núcleo orgânico da economia

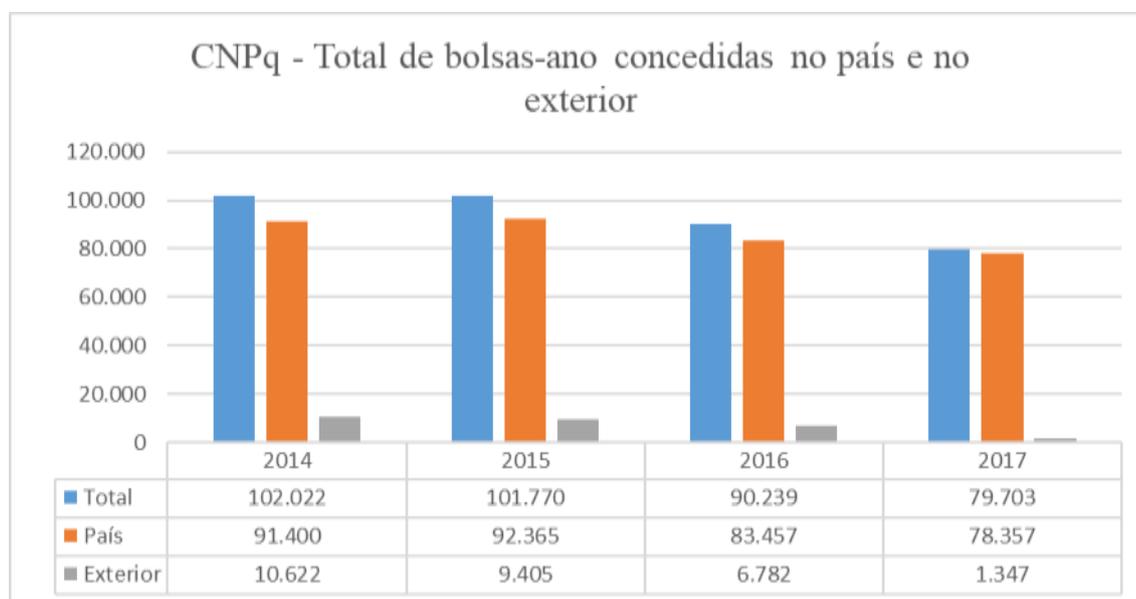
mundial, que ao desenvolverem seus produtos e técnicas, podem ter no Brasil, bem como em demais realidades periféricas de capitalismo dependente, um comprador fiel, face ao desestímulo no trato do bem público em decisões precipitadas no sentido de não garantir visibilidade à pesquisa nacional - índice grave de heteronomia comum à mentalidades colonizadas - e, assim, permanecer refém do mesmo núcleo orgânico.

3 A PERDA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCIAMENTO DE ESTRUTURA

No item anterior analisamos as consequências nefastas dos cortes em P&D e como eles impactam na limitação das respostas dadas à crise sanitária. Nesta parte, analisaremos os desinvestimentos na formação e capacitação de pesquisadores.

O quadro abaixo nos mostra o histórico de redução de bolsas ofertadas CNPq para o fomento à pesquisa científica em diversos níveis. O envio de bolsistas ao exterior, no período compreendido entre 2014 e 2017, sofreu redução de 87,31%, o que denota menor contato do pesquisador brasileiro com parcerias já estabelecidas com universidades e institutos de pesquisa estrangeiras.

Quadro 7: CNPq - total de bolsas-ano concedidas no país e no exterior



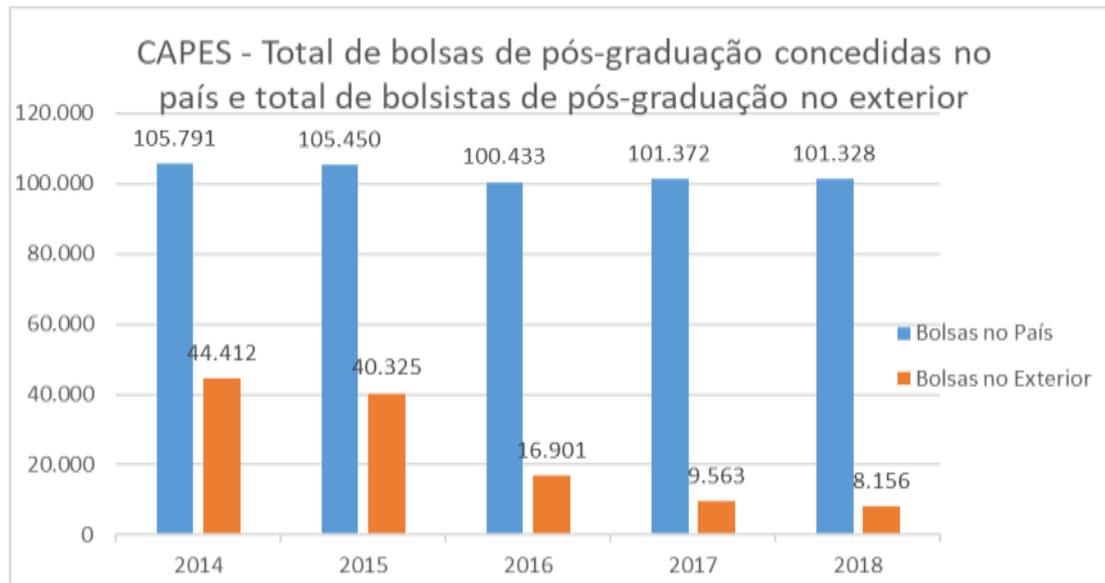
Fonte: Adaptado de BRASIL (2020).

Com os números acima expostos, percebemos ainda a redução em nível interno da concessão de bolsas da graduação à pós-graduação, bem como bolsa produtividade, para pesquisadores sêniores, o que limita o alcance e a profundidade das pesquisas no certame nacional e internacional e a consequente relevância acadêmica da pesquisa brasileira.

A redução de bolsas determina a impossibilidade de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sustentáculo dos fazeres universitários, deformando o protagonismo do alunado de graduação à condição de meros receptores de conhecimento, furtando-lhes ainda as possibilidades de acesso e permanência à pós-graduação. A intensificação dessas medidas revela, sobretudo para o governo Bolsonaro, uma notável incapacidade de conceber, por meio do domínio técnico-científico, o futuro no tempo presente; ao contrário, o déficit cognitivo de que padece, explicitado pela incompreensão dos sentidos e significados deste domínio, faz acelerar as iniciativas de deformação do ensino público, enquanto laico, democrático e de qualidade, advogando pelo modelo de escola militar, pelo policiamento ideológico das práticas docentes, pela penetração do ideário religioso impondo a anti-ciência às relações de ensino-aprendizado e comprometendo o caráter público das instituições de ensino superior, promovendo ingerências em seus ambientes (nos processos decisórios para escolhas de dirigentes, por exemplo), tolhendo recursos para a pesquisa e propondo (por meio de projetos como o “Future-se”) o financiamento privado da investigação científica, e com isso a submissão do interesse público às agendas do capital, junto da demissão da estabilidade funcional dos quadros de pesquisa e, com isso, a inconstância de recursos humanos capacitados para os regulares labores da investigação científica.

Norte (2020) afirma que o quadro atual da falta de recursos humanos e do financiamento necessário ao setor ocasionam no andamento da pesquisa científica, determinando sua descontinuidade e, sem o custeio devido, despesas correntes precisam ser arcadas pelos próprios pesquisadores evitando com isso encerrar atividades sem a obtenção dos progressos ou resultados almejados. Mas o quadro atual de desmonte do complexo de ciência e tecnologia e ataques às universidades e institutos públicos de pesquisa deve encerrar os esforços de parte considerável de cientistas que almejam o progresso do Brasil e não a consecução dos interesses de corporações financeiras e industriais privadas, a quem se pretende outorgar o financiamento das pesquisas no Brasil, bem como a gestão do patrimônio de suas universidades (apresentando-se a tendência ao seu desmantelamento, sob o argumento da necessidade de enxugar despesas), o que Antunes (2020) menciona como custo que deve ser diminuído devido à política autocrática de Bolsonaro e do pensamento neoliberal primitivo de Guedes que estão contra os interesses de trabalhadores e pesquisadores que se veem impedidos de aprofundar suas pesquisas devido à inércia palaciana que segue preceitos religiosos em troca de apoio político.

Quadro 8: CAPES - total de bolsas de pós-graduação concedidas no país e total de bolsistas de pós-graduação no exterior



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2020.

O quadro acima exposto corrobora as afirmações anteriores. Com menor índice de concessão de bolsas, notadamente no exterior, a pós-graduação, que consiste na etapa culminante da formação científica para a produção de conhecimento, laureando a trajetória que em média consome 15 anos de esforços, com possibilidades de se esmerar os saberes formados por meio de parcerias internacionais, cerceia este percurso àqueles socialmente mais vulneráveis, ainda que academicamente mais capazes.

Este quadro leva, no caso da crise sanitária em curso, ao aligeiramento equivocado da formação básica de profissionais da área da saúde, no nível da graduação, para exercício de atividades na linha de frente do combate à Covid-19, em condições de notável despreparo na lide com inimigo de tamanho vulto, asseverando os riscos de morte não só de pacientes, mas destes mesmos quadros, de quem também acabam tolhidas as possibilidades de qualificação pós-graduada para adentrarem, noutras condições, ao exercício profissional na área da saúde (BRANDÃO, 2020).

Brandão (2020) aduz que a formatura antecipada impacta diretamente as regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde tradicionalmente há mais falta de recursos humanos qualificados na área da saúde - médicos, enfermeiros, farmacêuticos e fisioterapeutas -, e que resulta atendido por recursos humanos de qualidade inferior.

Entretanto, da análise elaborada com os dados do IBGE se verifica a irresponsabilidade do gestor público, que acaba por cercear possibilidades maior qualificação técnica de recursos humanos, delegando responsabilidades a esses mesmos agentes sobre os efeitos da pandemia,

notadamente fora do controle das autoridades sanitárias, permitindo-lhe o exercício profissional precoce e mesmo que pela via do voluntariado (BRANDAO, 2020), práticas inadequadas para o exercício da saúde, somando-se a todos os demais desestímulos, na vigência de políticas públicas equivocadas para o combate da pandemia, que têm levado a altos índices de evasão na área.

A formação precipitada de recursos humanos visando o combate à pandemia legará ainda efeitos de longo prazo, sobretudo porque são alocados, sem que tivessem atingido a adequada maturidade e qualificação plena para lidar com populações mais carentes de recursos e nas regiões menos abastadas do país, desprovidas de infraestrutura e recursos humanos para garantia de acesso à saúde; direito social elementar.

Iniciativas como esta revelam não apenas o imprevisto – por sua vez decorrente da inexistência de projetos –, mas o desprezo das autoridades públicas pelos estratos subalternos na sociedade, bem como pela geração que inicia sua atuação profissional, pressionada entre a retórica política e a realidade da falência incontestável decorrente dos experimentos neoliberais. O que aguarda esses recém-formados é uma estrutura arcaica, deficiente em recursos e carente de pessoal experimentado para o compartilhamento de instruções, protocolos e aptos à rápidas tomadas de decisão. Portanto, o efeito poderá ser contrário àquele alardeado a fim de justificar essas e outras improvisações e a ausência flagrante de uma estratégia, com um quadro agravado ainda pela reticência e até desistência de jovens que preferem deixar o ofício na etapa final do seu percurso formativo na graduação pela falta de garantias de que exercerão suas atividades sem que estejam expostos a risco direto.

Quadro 9: Comparativo de financiamento do Brasil e outros países

Países	Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	Percentual dos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), financiado pelo governo
Alemanha	132,0	3,04	27,7
Argentina	5,0	0,54	72,6
Brasil	41,1	1,26	49,7
Canadá	27,2	1,59	31,9
China	496,0	2,15	19,8
Coreia	91,0	4,55	21,6
Espanha	21,9	1,21	38,9
Estados Unidos	543,9	2,79	22,8
França	64,7	2,19	-

Itália	33,5	-	-
Índia	-	1,35	-
Japão	170,9	3,21	15,0
México	-	-	-
Portugal	4,5	1,33	41,0
Reino Unido	49,3	1,66	-
Rússia	41,9	1,11	66,2

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2020.

O custo da formação precária de recursos humanos também é comparada quando correlacionamos os dados divulgados pelo MCTIC em comparação com outros países, onde o Brasil se posiciona timidamente entre as realidades do núcleo orgânico, o que indica desprestígio e incapacidade de formação técnica para atendimento à população e, mais uma vez, sua demarcada dependência como área periférica do capital.

Enquanto formaturas precoces são incentivadas, o mesmo governo insistente em obstaculizar a habilitação de profissionais formados no exterior e que se veem impedidos de exercer sua profissão em áreas estratégicas como a saúde. Para habilitados em Medicina se impõe a necessidade de aprovação no REVALIDA, exame cuja última edição ocorreu no ano de 2017 e com previsão de aplicação para outubro e novembro deste ano, com demanda reprimida de mais de 15 mil médicos, portanto impedidos legalmente do exercício da profissão.

A crise sanitária é mais forte que a resistência dos burocratas de ocasião; com alguns projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, que abrem a possibilidade da contratação de médicos formados no exterior sem o exame REVALIDA, a fim de reforçar o quadro de profissionais na linha de frente e em razão da escassez cada vez mais visível.

Na guerra contra a pandemia da Covid-19, em curso em um Brasil desarmado – dada a carência de recursos humanos e o desmonte das ciências ultimado na lógica ultra neoliberal -, algumas unidades da federação têm, com maior ou menor grau de oportunismo político e comprometimento com a população mais carente, desafiado posições do Conselho Federal de Medicina (CFM), sob ingerência da chefia do Poder Executivo já não mais mediada por um Ministro da Saúde, ora confirmado em condição interina (por mais contraditório que isso possa parecer). Em um contexto em que a negativa já de dois ministros que passaram pela pasta de obedecerem a diretrizes anticientíficas (enquanto líderes religiosos próximos ao governo anunciam o poder de cura milagroso de sementes de feijão, correntes de oração, jejuns e afins), a ausência (por semanas seguidas) de um ministro da saúde em meio a mais grave crise sanitária da história brasileira é fato de grande relevo.

Para Badaró (2020), o importante é priorizar o atendimento ao ser humano com ou sem o REVALIDA, tratando-se a vida o bem prioritário das ações governamentais. No entanto, o acesso à íntegra do registro audiovisual da reunião ministerial ocorrida aos 22 de abril, em que nada se discutiu em termos estratégicos para o combate ao Coronavírus, bem como as falas que ali afirmaram as agendas de interesse do financismo e à destruição do meio-ambiente, explicam o total descompromisso das autoridades públicas na guerra em curso, em defesa das vítimas que se somam já, segundo dados de 5 de junho, em 34.212, o que confere a posição de terceiro lugar em número de vítimas. A ausência de estratégias é o índice mais severo do descaso do Governo Federal expresso na síntese elaborada pelo presidente Bolsonaro, exatamente quando indagado, aos 28 de abril, sobre o crescente número de mortos na mais grave crise sanitária de toda a nossa história: “e daí?”.

Sob este signo, estados do Norte e Nordeste - os mais fragilizados em recursos humanos, em hospitais e centros de saúde - admitem que a escassez de médicos formados no país e a recusa de profissionais habilitados trabalharem em locais que consideram distantes não lhes deixam outra alternativa a não ser editar normas contrárias àquilo que dispõe o CFM.

A contenda entre interesses corporativos e o interesse público ganha contornos da judicialização que deve dar a palavra final sobre o tema da formação de recursos humanos, no combate à pandemia, nos estados da federação. Dados mais recentes indicam que o CFM tem combatido a ideia de contratação de médicos sem passar pelo exame REVALIDA, enquanto estados que obtêm vitórias em instâncias locais têm amargado a reversão dessas sentenças pelos tribunais superiores, sob o argumento da ausência de legalidade para concessão da prestação de serviço frente à ausência de registro junto à entidade profissional pertinente. Ainda não se encontra pacificada a questão e, portanto, alterações deverão ocorrer durante os próximos meses, mas o objeto principal (a recomposição de recursos humanos para o atendimento do maior número possível de pessoas) parece distante de ser alcançado.

A contenda deve adentrar aos anais da história como o promontório dos interesses privados que, em meio à pandemia, se prestam a corroborar ainda mais o desmonte de toda a estrutura garantidora do gozo do direito à saúde. Não havendo profissionais de saúde, a ausência de equipamento de proteção individual, os parcos investimento em manutenção de prédios e a condição obsoleta e numericamente inferior de produtos e equipamentos hospitalares revela o vazio de um Estado leniente e que tem se ocupado das medidas necessárias a sua autopreservação, das as crises que cotidianamente produz.

Outro dado que merece destaque neste debate, em relação à estrutura e a capacidade de financiamento da saúde pública, são os dados mais sensíveis para o combate ao novo Coronavírus e

que dizem respeito aos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI's) - e de como a relação por habitante é crucial para o enfrentamento da pandemia. Segundo AMIB (2020), a relação de leitos por habitante que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda é de 1 a 3 leitos por grupo de 10 mil habitantes, incluídos aí tanto a rede pública quanto a rede privada.

Entretanto, o número consolidado em março de 2020 informa o alcance, no Brasil, o patamar de 2,2 leitos por grupo de 10 mil habitantes, o que estaria dentro da margem indicada pela OMS. Mas, conforme dados sintetizados descritos abaixo, quando analisamos as regiões de maneira diferenciada encontramos os seguintes e discrepantes resultados:

Quadro 10: Leitos de UTI em março de 2020

	Sistema Único de Saúde	Sistema Privado	Total	Relação leito/habitante (10 mil hab.)
BRASIL	22844	23004	45848	2,2
Região Sudeste	10560	13490	24050	2,7
Região Centro-Oeste	1826	2744	4570	2,5
Região Sul	4175	2384	6559	2,2
Região Nordeste	4952	3635	8857	1,5
Região Norte	1331	751	2082	0,9

Fonte: Adaptado de AMIB, 2020.

As regiões Nordeste e Norte apresentam números globais na relação leito/habitante inferior à média nacional. Cabe destacar que a região Sul tem o mesmo índice da média nacional e as outras duas regiões, Sudeste e Centro-Oeste, aparecem acima desta média em razão de sediarem o maior parque industrial do país, a estrutura do agronegócio e o circuito financeiro, bem sua centralidade política (aí está a capital do país), o que determina uma maior concentração de leitos em detrimento de outras regiões.

Explicitam-se, com isso, as dificuldades com que governantes das regiões Norte e Nordeste tem se deparado para a obtenção de profissionais qualificados para o trabalho interiorizado naquelas realidades, o que contribui com a disparidade e desequilíbrio em relação às demais regiões do país. Este dado indica a impossibilidade de análise do problema se considerando o “Brasil” como unidade ontológica, sendo necessário considerar díspares realidades constitutivas do todo nacional, onde cada parte é dotada de particularidades e especificidades.

No entanto, quando procedemos a ampliação da análise nos termos postos por AMIB (2020), destaca-se a disparidade entre números de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da rede privada. As cinco regiões do país, quando o foco é a rede pública, apresentam números menores que a média nacional, o que indica necessidade de incremento constante de equipagem nessas regiões. Quando a imprensa, pelos seus mais diversos meios, denuncia o colapso do sistema de saúde em hospitais já sem leitos vagos e dificuldades com o manejo de UTI's, trata-se do sucateamento da rede pública sendo explicitado.

É sobre isso que se cogita a profundidade da crise sanitária em estados que estão em maior situação de precariedade de serviços públicos, o que não isenta nenhuma das 27 unidades da federação, mas configura situação de maior risco àquelas que apresentam números abaixo da média recomendada pela OMS. Essa hipótese vem sendo confirmada pelos dados alusivos aos municípios de Manaus, Belém, Macapá, Fortaleza, Recife e São Luís, onde tem ocorrido a disseminação mais rápida do vírus, justamente onde o SUS possui o menor número de leitos por habitantes no Brasil.

Quadro 11: Relação leito/habitante de UTI distribuídos em percentual no Brasil por 10 mil habitantes - março de 2020

	SUS	Rede Privada
BRASIL	1,4	4,9
Região Sudeste	1,8	4,7
Região Centro-Oeste	1,2	8,3
Região Sul	1,8	3,5
Região Nordeste	1	5,5
Região Norte	-	4,7

Fonte: Adaptado de AMIB (2020).

Os dados da evolução da pandemia no Brasil, somados à clara ausência de estratégias do Governo Federal, revela o despreparo para o enfrentamento da crise sanitária, cujo problema central está na má condução da governança para muito além da oferta de serviços de saúde, mas na área da produção de conhecimento, em processo de decomposição. Para Antunes (2020), este quadro demonstra a corrosão provocada pelo governo ao minimizar os efeitos da pandemia e se aliar fortemente ao capital burguês, cujo interesse não compactua com a de milhares de trabalhadores que sofrem pela falta de investimentos na saúde do país.

Os números também comprovam que o Estado brasileiro elegeu prioridades onde não têm lugar os estratos sociais subalternos da sociedade brasileira, onde os mortos têm lugar na condição de elementos discursivos do embate entre governadores e Executivo Federal e entre este e os dois

demais Poderes. Na política nacional, importam os usos políticos da pandemia, enquanto é cavado o fosso cada vez mais fundo da vulnerabilidade daqueles que, por sua condição de classe, deverão morrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados alusivos à pesquisa e desenvolvimento, bem como de ciência e tecnologia aqui realizada, teve o escopo de demonstrar a centralidade de ambos para a construção de um projeto de Estado soberano e de sua condição autônoma frente ao núcleo orgânico da economia mundial. O decréscimo na participação do gasto público que, em comparação com demais países em desenvolvimento, reafirma ao capitalismo dependente, explicita a heteronomia dominante nas mais altas estruturas de poder na eleição de prioridades austericidas e em declarações que atestam a ausência plena de empatia e mesmo solidariedade aos milhares que morrem. Dessa forma, nos distanciamos dos países que estimulam produção científica, criando fossos de conhecimento e demarcando nossa dependência, o que impactará futuras gerações.

No Brasil, os gastos públicos têm sido acompanhados pelo discurso monotônico da responsabilidade fiscal, ponto de acordo pleno entre aqueles que hoje se digladiam no debate público: governo, imprensa, parlamentares e Suprema Corte. A questão sobre os sucessivos cortes e contingenciamentos de recursos em áreas ligadas à produção de conhecimento, calando no debate público a comunidade científica, desqualificando seus afazeres e ocultando as inúmeras contribuições que as ciências têm dado à sociedade brasileira, afetam a pesquisa como um todo, principalmente quando o líder político entende que diretrizes religiosas devem ser aplicadas, bem como no caso da Covid-19, denota-se frequente negação pelas autoridades, que não arregimenta política pública nacional de enfrentamento à pandemia, pois ridiculariza a potencial velocidade de propagação e letalidade, notadamente em classes menos favorecidas.

A restrição orçamentária com gastos e investimentos sociais - demanda crescente do processo de globalização neoliberal - resulta impactos diretos na capacidade de reagirmos à crise sanitária, que forma o bojo da segunda questão do presente trabalho, pois prejudica o acesso a direitos básicos ao cidadão, a oferta pública de serviços de saúde dignos. Os autores mencionados chamam a atenção que as políticas adotadas pelo governo, ao preconizarem o viés religioso, foge à razão do melhor cuidado às pessoas em momento delicado como da pandemia atual e que trazem distorções na atuação do Estado em conceber o bem comum a todos. Esta interface entre a razão e a religião tem motivação de sustentação política e a utilização de preceitos religiosos busca isentar o governante em proporcionar condições dignas, visto que parte da população já estaria condenada

naturalmente a adquirir o vírus. Nesse ponto, desassistiu-se a população em detrimento do funcionamento da economia, o que consigna tal atitude de não agir, mas sim deixar proliferar a pandemia, prejudicando a imagem do país no exterior.

É comum a governos autoritários o desprezo às ciências. Isso porque, o conhecimento, na dialética dos saberes, pavimenta caminhos seguros para o desenvolvimento social, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades de trabalho, protagonismo político e gozo pleno de direitos. Negar a ciência faz parte das agendas que pretendem o agravamento das desigualdades, governando em prol de oligarquias econômicas e em detrimento de todo o resto. A doutrina ao mencionar a aliança do governo contra a ciência busca enfraquecer o conhecimento e, assim, obter o grau de autoritarismo que precisa para governar, pois ao incorporar o moto do medo pode alcançar o objetivo capitalista de Estado mínimo e população controlada pelos valores cristãos.

E sequer para o cumprimento desses propósitos se mostram capazes, dada à crise de confiança que tem afugentado investidores dos mercados brasileiros. A atual crise sanitária tem componentes diversos e demanda ações em diferentes frentes: basicamente a saída mais segura é preconizada pelo desenvolvimento de uma vacina capaz de oferecer proteção segura à população ou tratamento de controle permanente que possa lhe proteger de possível infecção ou, ainda, amenizar os riscos de contágio e agravamento do estado de saúde coletivo.

Entretanto, nos casos acima expostos, é pré-condicionada a estruturação de um sólido aparato de pesquisa, ciência, tecnologia e desenvolvimento, que neste exato momento tem sido destruído. O aprofundamento da crise, segundo, no Brasil, segue o ciclo do desinvestimento em áreas essenciais que, de maneira sem precedentes, denuncia a falta de compromisso deste governo com os seus concidadãos. A consistência dos resultados apresentados indica um processo que precisa ser revertido, seja pela melhora do investimento público em ciência, bem como de direcionamento político em dar credibilidade à razão técnica a interpretações messiânicas de validade eleitoral, que fazem o país andar na contramão das demais nações do globo.

Para piorar, a política de cunho isolacionista não projeta a cooperação e solidariedade necessárias para o combate internacional aos efeitos da crise, cujo maior derrotado, além da comunidade científica nacional, é o povo brasileiro, cada vez mais vulnerável à crise estrutural que se avoluma com a precipitação da economia internacional a uma recessão global sem precedentes.

O desprestígio das ciências por um governo já avariado em sua imagem internacional, dada a tragédia ambiental, o descaso com minorias sociais e declarações desastrosas de toda sorte, exclui dos esforços engendrados por organismos internacionais e de consórcios internacionais aqueles que perigam constituir o centro da epidemia.

Por isso, as análises e considerações aqui expostas indicam a necessidade imediata de reversão do curso deste processo, ao incremento de recursos e investimentos acompanhados do prestígio e da liberdade do fazer científico (com liberdade de cátedra, autonomia universitária e expansão da rede pública de ensino superior, da graduação à pós-graduação), estratégias fundamentais para enfrentamento dos desafios do tempo presente, bem como para a promoção de um futuro digno para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- AMIB. **AMIB apresenta dados atualizados sobre leitos de UTI no Brasil**, mar. 2020. Disponível em: [http://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/files/dados_uti_amib\(1\).pdf](http://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/files/dados_uti_amib(1).pdf). Acesso em: 14 maio 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BADARÓ, Leônidas. Justiça autoriza contratar médicos formados no exterior sem CRM. **Ac24horas**, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2020/05/11/justica-federal-autoriza-governo-do-acre-contratar-medicos-formados-no-externo-sem-crm/>. Acesso em: 14 maio 2020.
- BRANDAO, Marcelo. Federais formam 1,2 mil antecipadamente para combate à covid-19. **Agência Brasil**. 04 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/federais-formam-12-mil-antecipadamente-para-combate-covid-19>. Acesso em: 14 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações (MCTIC). **Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação 2019**. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2019.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.
- _____. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Produto interno bruto. Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). **Contas nacionais atuais**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#resultado>. Acesso em: 27 maio 2020.
- CARVALHO, R. Nascimento. Combate ao Coronavírus expõe faceta sórdida de países ricos: vidas são descartáveis. *Diálogos do sul*. On-line. 7 abr. 2020. Disponível em <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise/64029/combate-ao-coronavirus-expoe-faceta-sordida-de-paises-ricos-vidas-sao-descartaveis>. Acesso em: 26 maio 2020.
- FONTANA, Henrique. Gestão ultra neoliberal Bolsonaro-Guedes empurra o país ladeira abaixo. **Carta Capital**. 25 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/gestao-ultraneoliberal-bolsonaro-guedes-empurra-o-pais-ladeira-abaixo/>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- MELO, Diogo Jorge de; CAVULLA, Rondelly Soares. Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** Belém, v. 6, n. 2, p. 453-455, ago. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000200014&script=sci_arttext Acesso em: 25 jul. 2020.

NORTE, Diego Braga. Cortes e mais cortes: o que será da ciência e da pesquisa no Brasil? **Você S/A**. Carreira. 09 mar. 2020. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/cortes-bolsas-pesquisa-ciencia/>. Acesso em: 04 maio 2020.

PACHECO, Paula. Verba para pesquisa cai 50% entre 2014 e 2016. **Valor Econômico**. Empresas. 30 nov. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/11/30/verba-para-pesquisa-cai-50-entre-2014-e-2016.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2020.

PY, Fábio. **Pandemia Cristo fascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

SALDAÑA, Paulo. MEC faz novos cortes e não irá financiar nenhum novo pesquisador neste ano. Folha de São Paulo. **Educação**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/mec-faz-novos-cortes-e-nao-ira-financiar-nenhum-novo-pesquisador-neste-ano.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2020.

AUTORES:

Rogério Carvalho

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP); Mestre em Estratégia Marítima pela Escola de Guerra Naval; docente da Faculdade de Caldas Novas – Goiás. Membro do grupo de pesquisa “Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea” (UNIFESP/ CNPq).

E-mail: rogertheone@gmail.com

Ronaldo Carvalho

Doutor em Administração pela Universidad Americana/PY; Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/ UNIBE-PY e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas

E-mail: dr.ronaldocarvalho@gmail.com

Rodrigo Medina Zagni

Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP); docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e coordenador do grupo de pesquisa “Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea” (UNIFESP/ CNPq).

E-mail: rodrigo.medina@unifesp.br